

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

A CPI da CUT e o governo do PT

A candidatura de Luís Inácio Lula da Silva a presidente da República segue tão serena no primeiro lugar das pesquisas de opinião pública que ele se deu ao luxo de fazer uma reunião com caciques indígenas numa maloca amazônica chamada Bismarck, no momento em que era oficializada, semana passada, a CPI para investigar a CUT e alvejar por tabela o PT.

Sequer a descoberta de que em certa ocasião viajou em avião de um filho do deputado João Alves alugado pelo diretor de uma empresa acusada de corrupção alterou o ritmo de Lula. Em vez de cair, ele se mantém firme na faixa dos 30% da preferência popular.

A CPI da CUT é uma faca de dois gumes. Se provar o vazamento de dinheiro recebido de sindicatos ou federações de trabalhadores de outros países para o PT, certamente criará dificuldades para o partido de Lula. Do contrário, acabará sendo o melhor salvo-conduto que Lula receberá para atravessar todo o tiro-teio da eleição presidencial.

No diretório nacional do partido, em São Paulo, há tranquilidade em relação aos riscos da CPI da CUT. Diz-se lá que o partido está com dificuldades financeiras. Há poucos dias, dois telefones foram cortados por falta de dinheiro para pagamento da conta.

O PT acabou inchando, virando uma grande máquina, e os recursos arrecadados pelos diretórios municipais nem sempre sobram para os diretórios regionais, que por sua vez também não têm como abastecer o caixa do diretório nacional, hoje vivendo praticamente das contribuições de 30% dos salários de 36 deputados federais.

É uma história capaz de comover o coração sensível do senador Esperidião Amin, autor da proposta da CPI da CUT, mas não é isso o que ele quer saber. Ele quer rastrear a origem dos recursos do PT, como o PT faz com os do partido de Paulo Maluf e Amin, o PPR. O conteúdo político desta CPI é bem mais forte do que o de qualquer outra. Mas também a CUT não está acima do bem e do mal para não ser investigada.

Como se nada abalasse a campanha de seu candidato, o PT, enquanto se distrai com eleitores dos cafundós do Brasil, cuida da preparação de um programa de governo próprio de quem já não tem dúvidas de que será governo. Na burocracia interna do partido, é conhecido como PG-94.

Coordena-o o professor de História da Unicamp Marco Aurélio Garcia, um gaúcho cinquentão de antiga militância comunista, que viveu o Chile de Allende, estudou depois em Paris e extrai hoje dessa trajetória a paixão pelos vinhos e pelos charutos e uma abnega-

da dedicação a uma causa que ele diz resumir o futuro do Brasil com Lula — a “revolução democrática”.

O PG-94, segundo Marco Aurélio, está sendo elaborado principalmente com a ajuda de professores universitários de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, o que não impede a descoberta de um tributarista que ele considera genial em Belém, por exemplo. É um mutirão que mobiliza cerca de 150 economistas — não seria jamais pela ausência dessa categoria profissional que uma política econômica de um eventual governo do PT fracassaria.

O programa de governo do partido é balizado por diretrizes que passaram por três discussões na Comissão Coordenadora, além de um debate na Comissão Executiva e outro no Diretório Nacional. O projeto do programa será finalmente aprovado pelo Diretório Nacional em janeiro e submetido à discussão interna no PT nos primeiros meses de 1994. O texto definitivo será votado no 9º Encontro do partido, em 23 e 24 de abril, quando será oficializada a candidatura de Lula.

As diretrizes do programa avisam logo que “o PT disputará as eleições com seu perfil de partido socialista, de esquerda, ainda que articulando uma coligação mais ampla de forças sociais e políticas”. Acrescentam que as propostas a serem apresentadas no PG-94 “apontam para transformações de caráter democrático e antimonopolista — antilatifundiárias e antiimperialistas — que se inserem em uma estratégia de longo prazo de construção de uma alternativa de capitalismo, uma revolução democrática que mude radicalmente as bases do poder”.

Há uma explicação mais detalhada, a seguir, dessa mudança radical. O PT defende “a necessidade de combinar a ação institucional com a multiplicação de mecanismos de democracia direta: consultas, criação de organismos populares, controle social do Estado”.

O texto não traduz especificamente o que vem a ser *controle social do Estado*, mas dá uma pista: “Devemos construir uma proposta de Estado de Direito a partir de uma perspectiva de radicalização da democracia, o que significa ampliar o espaço público e integrá-la em todas as suas dimensões — econômica, social, política e cultural. Desse modo, ela deixará de ser mero formalismo e ilusão jurídica, convertendo-se em um espaço de criação permanente de novos direitos e abrindo campo para que se dê uma efetiva alteração das relações de poder. Uma tal concepção de democracia supõe hegemonia dos trabalhadores.”